



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Cercicaper – Pedido de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.2. Podium Events, SA – 26ª Volta a Portugal do Futuro Liberty Seguros – Pedido de parecer – Ratificação de despacho
- 1.3. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.4. Partido Socialista de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de auditório da Praça da Notabilidade e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.5. Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera – Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância – Oferta de bolos de aniversário
- 1.6. Protocolo de colaboração no âmbito da aquisição de um sistema de informação WEB multiplataforma de apoio à função educativa para os 10 municípios da CIMRL
- 1.7. Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar aos prédios urbanos em 2019
- 1.8. Derrama 2019
- 1.9. Participação variável no IRS
- 1.10. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2019

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Relatório sobre a situação económico-financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2018

3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

3.1. Empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017” -
Adjudicação
IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Foi presente a ata n.º 13/2018, respeitante à reunião de 13 de julho, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores do PS se depois de terem ouvido a gravação e sugerido algumas alterações à mesma pretendiam, ainda, tecer algum comentário ou propor alguma alteração, estendendo a questão aos restantes membros do executivo.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, foi presente a ata n.º 14/2018, respeitante à reunião de 27 de julho, tendo a Sra. Presidente efetuado a mesma pergunta aos Srs. Vereadores.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Por último, foi presente a ata n.º 15/2018, respeitante à reunião de 10 de agosto, tendo a Sra. Presidente questionado novamente os Srs. Vereadores se estes pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Foi publicado no Diário da República, 1.ª série, de 6 de setembro de 2018, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, a qual aprova o Programa de Valorização do Interior, que corresponde ao anteriormente denominado Programa Nacional para a Coesão Territorial.
- Foi também publicado no Diário da República, 2.ª série, de 11 de setembro de 2018, o Despacho n.º 8673 do Secretário de Estado das Autarquias Locais, distribuindo o contingente de estágios da 6.ª edição - 1.ª fase do Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), pelas entidades da administração local que manifestaram interesse na promoção de estágios do projeto piloto “sistema de informação cadastral simplificada”.
No caso de Castanheira de Pera, foi fixado o seguinte contingente: nível 3 – 2 e nível 6 – 2.
- Através de e-mail de 10/09/2018, veio o Sport Castanheira de Pera e Benfica remeter cópia do ofício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, onde esta entidade informa não ver qualquer inconveniente na pretensão do Sport em prorrogar a vigência do contrato de financiamento para a “Construção dos balneários do Estádio do Sport Castanheira de Pera e



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Benfica”, celebrado ao abrigo do sub-programa 2 do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, até 31 de dezembro de 2018.

- Através de e-mail de 17/09/2018, veio a FERLEI – Federação Regional das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Leiria - dar conta de algumas notas sobre a sua representatividade nos CME/CPCJ/CLAS/RS, sublinhando, nomeadamente, que, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 29/2006, de 4 de julho, tem direito a estar representada nos órgãos consultivos no domínio da educação, ao nível local, bem como em órgãos consultivos ao nível regional ou nacional com atribuições nos domínios da definição e do planeamento do sistema educativo e da sua articulação com outras políticas sociais.
- Foi proferida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria uma declaração de voto relativamente à aprovação do parecer da Comissão de Acompanhamento do PROF CL (Programa Regional de Ordenamento Florestal), pronunciando-se contra o mesmo.
- Foi tomada decisão pelo Conselho Intermunicipal da CIMRL relativamente ao Plano Estratégico do Centro Hospitalar de Leiria, expressando a sua concordância sobre a nova visão institucional para aquele equipamento, subscrevendo as linhas orientadoras apresentadas no aludido Plano.
- Através de e-mail de 18/09/2018, vem o Município de Portimão agradecer o voto de solidariedade manifestado por esta Câmara Municipal, na sequência dos incêndios que ocorreram agosto de 2018.
- Em 14/09/2018, a Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos do disposto no n.º 56 do artigo 112-A.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, enviou ao Município e-mail contendo informação sobre os agregados familiares com dependentes, domiciliados fiscalmente em prédio destinado a habitação própria e permanente situado na área territorial concelhia.
No mesmo e-mail, a indicada entidade disponibilizou, para além da informação relativa ao valor patrimonial tributário dos prédios em causa, a coleta correspondente, com referência ao ano de 2017.
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente agradeceu a todos os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que aceitaram o convite para estarem presentes na sessão de esclarecimentos sobre o estudo da constituição de uma Empresa Intermunicipal de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, lamentando, apenas, que não tenham estado mais membros presentes.

Prosseguindo, referiu que, na sua opinião, foi uma sessão enriquecedora pois considera que é neste tipo de ações que se consegue elucidar e tirar dúvidas dada a complexidade do assunto.

Continuando, fez referência às políticas tomadas por este executivo sobre a água desde janeiro a junho, informando que houve uma redução em termos de faturação no valor aproximado de 30 mil euros. Explicou que através do quadro das leituras nos reservatórios se verificou que foram medidas responsáveis e que se confirmaram as suspeitas do Município em relação ao consumo registado nas



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

leituras em alta e ao baixo consumo registado nas leituras em baixa, ou seja, nos contadores dos consumidores.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando se poderiam ter acesso àquela informação tendo a Sra. Presidente respondido que eram apenas algumas notas suas, mas que se encontrava disponível o quadro das leituras, para terem conhecimento do resultado das medidas que o Executivo deu conhecimento que iria adotar em janeiro passado.

Prosseguindo, a Sra. Presidente informou que no nosso concelho já foram identificados 13 ninhos de vespas asiáticas, tendo a Câmara diligenciado no sentido de proceder à contratação de uma equipa especializada para proceder à sua remoção. Informou onde estavam localizados os ninhos deixando a nota que será necessário abrir novo procedimento para outros 3 ninhos que apareceram esta semana e que, de momento, se procederá de igual modo sempre que surgirem novos casos.

Informou ainda que a Câmara já recebeu a viatura que estava à espera, uma carrinha Nissan.

Continuando, informou que quando este executivo tomou posse teve o cuidado de verificar o que tinha sido feito sobre os imóveis propriedade do Município e que foram afetados pelos incêndios de junho, tendo verificado uma situação que lhe chamou particularmente a atenção porque tem um leasing, tratando-se, mais concretamente, de um edifício dentro do espaço da Retorta que havia ardido e que não tinha sido participado ao seguro. Assim, imediatamente diligenciou no sentido de ser feita a respetiva participação à Seguradora. Nessa sequência, o Município recebeu a comunicação da Seguradora, no passado dia 11 de setembro, que iria ser reembolsado no valor de 68.536,00 €, o que já ocorreu.

Em seguida, fez referência a um Edital de 2013 a informar como se processava a recolha do lixo grosso e do qual os munícipes parecem ter-se esquecido e, por isso, foi decidido afixar um novo Edital com alguns reajustamentos porque o Executivo não concorda com o facto de estarem apenas estipulados dois dias por mês para recolha deste lixo no Concelho todo, pretendendo-se estender o prazo para três dias. Deu nota que esta decisão se deve, em grande parte a alguma falta de cuidado e descontrolo por parte das pessoas quando colocam o lixo na rua e portanto, antes de se iniciar a aplicação de coimas previstas para o efeito a quem não cumprir as regras da recolha, pretende efetuar ações de sensibilização através de flyers ou outros meios, para alertar as pessoas para este assunto.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que pela informação da Sra. Presidente sobre a água podia inferir que a poupança resultou de medidas que o Município adotou anteriormente. Recordou então que, pouco tempo depois da decisão do Executivo de fechar os fontanários, os Vereadores do PS pediram um documento que lhes permitisse comparar o gasto antes e depois desses fontanários terem sido fechados e, já nessa altura, pela fatura apresentada do antes e do depois de fechar os fontanários era possível perceber uma redução de cerca de 5 mil euros e portanto também percebiam *“mais ou menos, o impacto financeiro desta medida”*. Referiu que, de todo o modo, é evidente que ao subtrair



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

fontanários à rede de abastecimento em baixa naturalmente os consumos tenderão a diminuir se bem como a Sra. Presidente já alertou não será apenas esta medida a responsável pela redução de consumos e a rede precisará sempre de manutenção, eventualmente de substituição de contadores, e portanto haverá sempre necessidade de corrigir algo.

Prosseguindo, acrescentou que, apesar destes factos, a questão de fundo e onde os Vereadores do PS pretendem deixar a sua posição de princípio é que entendem que os fontanários têm uma grande importância do ponto de vista social, porque a água é um bem essencial e público. Mais referiu que também percebem que a questão da água tem custos cada vez maiores mas que, ainda assim, mantêm a sua posição de princípio que os fontanários devem manter-se disponíveis para o acesso aos cidadãos ainda que devam ou possam ser tomadas medidas para economizar esse caudal.

No uso da palavra, a Sra. Presidente esclareceu, a este propósito, que quando o Executivo tomou esta medida foi no sentido de aferir qual o valor de que se estava a falar sendo certo que este tempo entre janeiro e final de maio já nos dá algum termo comparativo.

Salientou que quando foi dada a informação de que os fontanários iriam ser fechados também foi informado que, a seu tempo, a situação iria ser reavaliada.

Reforçou, com o intuito de que ficasse bem claro, que esta medida era necessária para ter uma base de informação que fundamentasse o que já suspeitavam, anotando que pouco depois dos fontanários terem sido fechados ficou extremamente chocada quando chegou ao seu conhecimento que havia no concelho três ou quatro situações de pessoas que não tinham água em casa.

A título de informação anotou que há um levantamento efetuado sobre os fontanários e, na sua opinião, poderá ser feita alguma coisa interessante à sua volta.

Concluiu o assunto referindo que este procedimento poderá ter servido de medida educativa no sentido de uma melhor gestão da água, a quem utiliza os fontanários e agora, com os que estão abertos, ir-se ia aguardar para ver o resultado.

Usou da palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás referindo que se está apenas a focar na questão dos fontanários, mas que, no entanto, apesar de terem efetivamente uma grande importância há outras medidas que também foram tidas em consideração, nomeadamente a substituição de um grande número de contadores e de rede de abastecimento, concluindo que estas medidas também têm peso neste diferencial.

Pediu a palavra a Dra. Bernardina para relembrar que esta decisão de encerramento dos fontanários teve por base as recomendações da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) em virtude de, há data, o país estar em situação de seca extrema.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Seguidamente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentando que sabe que na altura se encerrou por essa questão mas que a questão abordava aspetos diferentes.

Prosseguindo, agradeceu o esclarecimento do Vereador Nuno Tomás, que permite chegar à conclusão de que havia de facto muito para fazer no que diz respeito a esta matéria, e que continuará, certamente, a haver e há sobretudo uma diferença muito significativa que é a capacidade financeira do Município de poder realizar intervenções desta natureza.

Sublinhou que pretendia vincar a posição de princípio dos Vereadores do PS porque entendem claramente que os fontanários deverão manter-se abertos pois do ponto de vista social consideram que faz sentido que o Município mantenha este custo sendo que do ponto de vista financeiro é visível que não faria sentido. De todo o modo salientou que o Município não é uma empresa apesar de, cada vez mais, se impor às Câmaras que sejam geridas como tal porém é necessário que as forças locais tenham a capacidade de conseguir *“salvaguardar o princípio da municipalidade, os custos sociais”* sendo *“evidente que tem de haver rigor, competência, critério na gestão do erário público”* mas isso não pode significar um decréscimo nos serviços oferecidos aos munícipes.

Reiterando a opinião de que é imposto cada vez mais às Câmaras que sejam geridas como empresas de uma forma *“economicista”*, abordou a questão do estudo, fazendo o parentese de que tem dificuldade em chamar-lhe estudo, mas sim proposta de criação da empresa intermunicipal do abastecimento de água e gestão de resíduos sólidos e saneamento.

Antes de pedir alguns esclarecimentos, saudou o Município pela disponibilidade em informar todos os intervenientes nesta matéria de forma a tomarem uma decisão *“bem informada”*, bem como a disponibilização de transporte para irem às sessões de esclarecimento neste âmbito.

Em seguida, questionou qual a sensibilidade deste Executivo perante as informações que foram veiculadas nas sessões de esclarecimento.

Em resposta, a Sra. Presidente transmitiu que reconhecia ser uma decisão extremamente difícil de tomar porque se analisarmos *“a parte política ninguém quer tomar uma decisão destas, como é obvio”* na medida em que vai haver um agravamento na tarifa da água porém, se analisarmos em termos de sustentabilidade, considera que não há alternativa para o nosso Município ficar de fora da agregação, pois afigura-se como insustentável para o nosso Município os investimentos que têm de ser efetuados.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes questionou se havia alguma ideia do valor de investimento que necessitamos efetuar, tendo o Vereador Nuno Tomás referido ser difícil contabilizar, acrescentando que só para as três Etar's necessitamos de cerca de 1 milhão de euros.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes referiu que de facto caminhamos para a criação de uma empresa e que concordava com aquilo que o Vereador Gonçalo Lopes estava a dizer há pouco pois, efetivamente, o que foi apresentado nas sessões de esclarecimento não foi um estudo mas sim um plano de negócios da própria empresa.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Fez notar que neste tipo de empresas, citando o exemplo que foi apresentado sobre “Ansião e Águas do Ribatejo”, as tarifas são taxadas de forma a dar lucro, porém os Municípios não são ressarcidos desses valores e portanto, nesse conceito, se por um lado considera inevitável entrar nesta empresa, por outro lado vê essa entrada com alguma cautela na forma como vai ser gerida.

Interrompendo, a Sra. Presidente explicou que a atualização das tarifas é uma inevitabilidade pois, mesmo os Municípios que não entrarem neste tipo de agregação irão ter atualização de tarifas pela ERSAR.

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que para além de reiterar as palavras do Sr. Vereador António Antunes, pegando nas explicações prestados pela Sra. Presidente e analisando o que foi dito na sessão de esclarecimentos, nomeadamente a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Penela, referiu que lhe parece evidente que esta matéria é uma questão política sublinhando, no entanto, que não deve ser uma questão partidária. Esclareceu que é uma questão política porque “*diz respeito à coisa pública, diz respeito à vida das pessoas*”.

Nessa sequência, a Sra. Presidente perguntou se era mais fácil fazer política com todos os envolvidos ou individualmente.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes salientou que entendia que todos estejam muito preocupadas e que, tal como a Sra. Presidente referiu, não é uma decisão que se tome irrefletidamente, porém custa-lhe aceitar a forma como lhes “*tentam impingir*” algumas coisas.

Novamente com a palavra, a Sra. Presidente lembrou que o assunto relativo à possibilidade de ser constituída esta agregação já veio à discussão em sede de reunião de Câmara e de Assembleia Municipal.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes lamentou que não tenham tido acesso ao documento do estudo antes destas sessões de esclarecimento, tendo a Sra. Presidente esclarecido que os documentos não foram entregues porque o estudo final não estava atualizado.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse perceber que seja fundamental assegurar a gestão destes serviços, desde logo a sustentabilidade do mesmo lhe parece que será fácil de assegurar através do aumento das tarifas, porém o problema será o financiamento porque se verifica que todo o funcionamento comunitário está virado para as entidades agregadas.

Em resposta, a Sra. Presidente explicou que, em termos de sustentabilidade individual é da opinião que nunca conseguiríamos ter os valores de tarifa que a empresa intermunicipal apresenta, pois seria sempre mais elevada.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes, afirmando ter constatado que os indicadores do nosso concelho são, a nível qualitativo, dos melhores de entre os que constam do estudo, mas também tem que se olhar para a diferença entre



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

aquilo que o Município gasta e aquilo que recebe, pelo que, nessa perspetiva, é normal e Castanheira seria o Concelho que mais gastaria para ter as condições ideais e com as tarifas mais altas, como é óbvio.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes anuiu à análise acabada de efetuar pelo Sr. Vereador António Manuel, que considera correta, e acrescentou que se está a tomar uma decisão para aos próximos 30 anos e nesse ponto percebe de forma *“demasiado evidente que a empresa está ali para ganhar dinheiro”*.

Interrompendo, a Sra. Presidente fez notar que ganhamos todos porque os acionistas são os próprios Municípios ao que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes retorquiu dizendo que, relativamente aos municípios a leitura não pode ser feita desse modo tão simples.

Intervindo, o Vereador Nuno Tomás explicou relativamente aos lucros que tal acontece em todas as empresas intermunicipais, ou seja, é decidido em Assembleia Geral o que se faz aos lucros e neste caso foi decidido que será para investimento.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhou que o lucro não poderá ser durante 30 anos para investimento, tendo a Sra. Presidente referido que haverá sempre investimento para se efetuar.

Complementando, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o investimento chega a um determinado patamar estabiliza e os lucros vão aumentando exponencialmente. Citando a título de exemplo a empresa “Águas do Ribatejo” onde de há dois anos para cá não há investimento e os lucros aumentaram e, ainda assim, a decisão do Conselho de Administração manteve-se em não distribuir os lucros tendo, de imediato, o Sr. Vereador Nuno Tomás esclarecido que essa decisão é da Assembleia Geral onde teremos uma posição.

O Vereador Gonçalo Lopes informou que da sessão de esclarecimento percebeu que os Municípios ainda assim têm uma margem no âmbito da sua autonomia administrativa e financeira para poder atender a determinadas situações, para além da tarifa social que está prevista implementar, tendo a Sra. Presidente acrescentado que a tarifa social já existe no nosso concelho desde 2012.

Continuando, o Vereador Gonçalo Lopes salientou que esta discussão é uma partilha que se está a fazer no sentido de nos definirmos e não quer de forma nenhuma que a sua posição possa querer ser mais populista ou *“parecer melhor”*, acrescentando que os Vereadores do PS ficaram *“reticentes”* com a demonstração do plano de negócios porque mesmo quando há lucros isso não corresponde a uma estabilização das tarifas, sendo essa uma das questões fundamentais.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Retorquindo, a Sra. Presidente informou que o assunto das tarifas foi mais que debatido durante as reuniões para elaborar o estudo, recordando que este assunto vem a ser discutido desde 2016.

Explicou que havia três possibilidades de fazer esta reestruturação, 100% municipal, 49 % municipal e 51% Águas de Portugal e por último entregando a privados, sendo que as tarifas e as linhas de orientação serão as mesmas independentemente da decisão de ficarmos dentro ou fora.

Salientou que, na sua opinião, se ficarmos fora, sozinhos, não teremos capacidade para manter as tarifas ao nível das que estão evidenciadas no estudo, ou seja, seremos muito menos competitivos em tudo, transmitindo que mesmo em termos de danos/ reparações que tenham se ser efetuadas a capacidade de resposta será totalmente diferente.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que percebiam todos esses fatores salientando que não interpretassem as dúvidas apresentadas como um entrave à criação da empresa mas sim como uma preocupação. Explicou que ao perguntar qual a sensibilidade do Executivo nesta matéria, esperava que a Sra. Presidente lhe dissesse até onde podemos fazer algum tipo de intervenção, dar algum tipo de contributo no sentido de não ter um custo tão acentuado para os consumidores *“porque isto vai ser a matar”*.

Transmitiu ainda, perceber que esta questão tende a ser standardizada contudo estamos a falar de um bem essencial, dando nota que durante a sessão de esclarecimento quando referiu que deveriam ser tidos em conta os territórios mais enfraquecidos socioeconomicamente, como é o caso de Castanheira de Pera, na execução do plano tarifário, todos desvalorizaram a intervenção. Considera esta atitude um erro do ponto de vista da análise porque temos de defender o nosso território.

Objetando, a Sra. Presidente referiu que será a primeira pessoa a defender o nosso território, todavia nesta matéria é necessário ponderar o facto de não termos pesos, dimensão, sendo que, na sua opinião, o estudo e o tarifário apresentados são razoáveis em termos comparativos com aquilo que a Ersar pode vir a impor num curto prazo de tempo.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que sem querer que se fique apeado nesta questão é da opinião que não faz sentido nos territórios de baixa densidade tratar um bem essencial como é a água de uma forma tão *“eminente capitalista”*.

Fez notar, que tanto ele como o Sr. Vereador António Antunes percebem que no acesso ao investimento quer do ponto de vista do financiamento, quer do ponto de vista dos recursos humanos e dos equipamentos e até do ponto de vista da melhoria dos índices de recolha de resíduos, nomeadamente os resíduos diferenciados, poderá haver um incremento muito forte, aproveitando para questionar relativamente à matéria de recolha de resíduos se teremos de rescindir com a Ersuc.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Intervindo, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que, daquilo que lhe foi dado a perceber, o Município continuará a integrar a Ersuc e a empresa só assumirá aquilo que atualmente é feito diretamente pelo Município.

Continuando, referiu que, nesta agregação, se estivesse em causa apenas a questão da água, na sua opinião a resposta era obviamente não, porque conseguíamos gerir a água potável de uma forma economicamente sustentável, contudo considera importante não esquecer que o saneamento está num estado “deplorável”, é “o nosso calcanhar de Aquiles”, sendo necessário fazer nesta área um investimento enorme.

Assim, pesando os dois fatores e sendo a água um bem essencial que cada vez mais deverá ser tido em atenção considera que não podemos continuar “a empurrar com a barriga” o problema do saneamento que virá a afetar a parte da água, concluindo que esta questão tem os seus prós e contras

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes concordou que do ponto de vista ambiental afetar a certeza. Esclareceu que percebiam a vantagem, nomeadamente em municípios como o nosso, de disponibilizar verbas consideráveis para investimento em vez de serem para recursos considerando a maior virtude nesta questão o facto de se conseguir alocar verbas para investimento na melhoria das condições de vida dos nossos munícipes sem perder o foco da manutenção do investimento e da melhoria da eficiência em termos de saneamento e gestão de resíduos.

Com a palavra, a Sra. Presidente comentou que “*não conseguimos ter o melhor de dois mundos*” ou seja não podemos melhorar as condições dos munícipes sem despendar verbas para o efeito.

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse perceber que tem de haver aumento de tarifas, contudo, não percebe que não haja indexação de tarifas e não concorda com esse facto.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás transmitiu que lhe parece que na altura em que a empresa apresentar lucros, os quais espera que sejam exponenciais, continuarão a ser os Municípios, detentores da empresa, a poderem fazer ajustes nas tarifas.

Mais transmitiu que acredita que nas Assembleias Gerais, onde todos os municípios são representados com um interesse comum, se consiga que haja ajustes de tarifas, quer para cima, caso seja necessário, quer para baixo tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes expressado que espera que o Sr. Vereador Nuno Tomás tenha razão, pelo que ficaria a aguardar.

Na sequência deste assunto o Executivo trocou mais algumas impressões nomeadamente o Sr. Vereador Gonçalo Lopes expressando ter uma dúvida sobre a rede de abastecimento em alta questionando se vai manter-se a que está, ou seja, as disponibilidades de água que tínhamos antes de sermos abastecidos pela empresa Águas do Centro, nomeadamente os furos e os depósitos de água não vão ser aproveitadas por esta empresa intermunicipal.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Em resposta, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que todas essas infraestruturas foram cedidas à Águas do Centro, ou seja, já não são propriedade do Município acrescentando que as únicas infraestruturas que ainda pertencem ao Município são alguns depósitos em algumas aldeias que não são abastecidas por aquela empresa.

Em complemento, a Sra. Presidente transmitiu que até as minas tiveram o mesmo destino, segundo informação que lhe havia chegado há pouco ao conhecimento.

Usando da palavra, o Sr. Vereador João Graça afirmou que quando se começou a discutir esta questão da agregação intermunicipal não era apenas cético, mas sim contra a mesma, pois, se estivesse em causa apenas a questão da água e se conseguíssemos gerir o seu percurso por nós próprios, provavelmente seria uma fonte de rendimento para o Município, porém o Município alienou à Águas do Centro a riqueza que interessava à mesma e, para além disso, não foi feito investimento ou foi feito muito pouco, pelo menos ao nível do saneamento, das Etar's e dos resíduos. A crescer, referiu ter-se apercebido durante este processo que começou a ser vedado o acesso do Município a candidaturas, ou seja, o sistema foi construído para impedir que municípios como o nosso vão à procura, isoladamente, de financiamento para realizar obra.

Concluindo, referiu que verificou que se se mantivessem as medidas que foram implementadas para poupar água, isso iria permitir uma poupança considerável, a rondar os 500 mil euros, porém, ainda assim, esse valor não seria suficiente para realizar a obra necessária ao nível da rede de saneamento e das Etar's., que rondará alguns milhões de euros. Assim, o Município fica *"completamente estrangulado"*, logo parece-lhe que esta solução *"é quase inevitável"*.

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que lhe parece que esta solução *"é a menos penosa e a menos gravosa"*, tendo o Sr. Vereador João Graça complementado que é importante salvaguardar ao máximo o que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse sobre o facto de sermos um território com determinadas características.

Nesta senda, o Sr. Vereador António Antunes referiu que pelas características do Município duvida do que o Vereador Nuno Tomás disse há pouco de que na Assembleia Geral possa haver um consenso relativamente à distribuição dos dividendos, porém o que mais o preocupa é a questão dos resíduos sólidos e termos de aguardar para verificar se no verão, em termos de eficácia de recolha, as coisas correm bem.

Em resposta, a Sra. Presidente salientou que tem a garantia de que as coisas funcionarão melhor, inclusivamente com recursos melhores do que aqueles que existem agora. Referiu que o que mais a preocupa em toda esta questão são as tarifas a aplicar, porém, a sua opinião sobre todas essas questões foi



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

condicionada pela informação da Ersar de que vai impor determinadas condições nas tarifas num curto espaço de tempo.

Para terminar, no sentido de que este assunto fique totalmente esclarecido e dada a fraca adesão dos membros da Assembleia Municipal nas ações realizadas, propôs que fosse efetuada uma ação de sensibilização no nosso concelho para que votem este assunto em consciência.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deu conta que a informação que recolheu na ação onde esteve presente foi transmitida aos membros da bancada do PS porém para que todos fiquem devidamente informados sugeriu o dia em que se realiza a Assembleia Municipal para ser efetuada a ação proposta tendo a Sra. Presidente respondido que essa data não lhe parece a mais indicada porque iria colidir com a própria reunião do órgão.

Prosseguindo, e mudando de assunto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, fez referência ao que foi discutido na última reunião de Câmara na sequência da tomada de posição exarada pelos Vereadores do PS e à qual a Sra. Presidente respondeu *“ipsis verbis” “não vou fazer nada do que os Senhores Vereadores estão a propor”* informando que apenas queria trazer um dado muito breve com o intuito de terminar a discussão deste assunto apesar de não concordar com a posição assumida pela Sra. Presidente.

Referiu que duas semanas depois do incêndio de Pedrógão Grande as contas solidárias registavam já saldos superiores a 4 milhões de euros, duas semanas depois do incêndio de Monchique as contas solidárias registavam saldos pouco superiores a 20 mil euros. Questionou se a Sra. Presidente percebia aquela leitura citando *“nós não podemos sentirmo-nos veiculados a esta onda de suspeição e foi apenas no intuito de desmistificar e de nos demarcarmos que lançámos o repto que apenas e só isso vinha na nossa tomada de posição”*. Referiu, ainda, que considera muito grave esta situação que está a afetar os nossos territórios, partilhando que se sente incomodado quando ouve insinuações de que os concelhos afetados se *“abotoaram bem”* e recusa essa rotulagem. Nessa senda, considera que teria sido importante que a Sra. Presidente e o Município que preside tomassem uma posição *“radicalmente diferente daquela que assumiram”* em sede de reunião de Câmara respeitando, naturalmente a autonomia que lhe assiste.

Em resposta, a Sra. Presidente transmitiu que não entende como é possível que peçam ao executivo que vá junto de algumas entidades do concelho que, alegadamente, receberam donativos, solicitar que justifiquem os valores que receberam. Concorda que os Senhores Vereadores se queiram demarcar desta situação porque a suspeição engloba toda a gente, no entanto, sabem perfeitamente qual o destino dos donativos que o Município recebeu. Concluiu, afirmando que considera que não deve pedir explicações sobre donativos a algumas entidades pelos motivos já referidos, a que acresce a existência de tantas outras que também terão recebido e os Srs. Vereadores do PS não as referem.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes esclareceu que na tomada de posição diziam que deveriam ser pedidas explicações a todas as entidades e



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

nomeadamente foram citadas algumas. Referiu que não deixa de ser paradoxal que a Sra. Presidente na altura da discussão tenha dito que não era “*tutela*” dessas entidades, fazendo o parêntese que a tomada de posição não vinha impor mas sim exortar, quando se verifica em determinadas situações que a relação entre a Câmara e as instituições não carece da formalidade evocada pela Sra. Presidente.

Interveio o Sr. Vereador João Graça transmitindo que percebeu das palavras da Sra. Presidente que a relação com as entidades é de proximidade, de facto, contudo não se quis sobrepor às mesmas.

De imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que percebeu isso, todavia, não era esse o teor do documento apresentado.

Continuando, perguntou se havia algum desenvolvimento com a entidade Médico do Mundo, cujo protocolo terminava a 7 de Setembro.

Usou da palavra o Sr. Vereador João Graça explicando que foi realizada uma reunião onde a Médicos do Mundo deu por terminada a sua atuação na área da saúde continuando com um projeto de voluntariado seu, em moldes completamente diferentes. Nessa reunião ficou acordado que até ao próximo dia 30 de setembro entregarão os bens que estão ao seu encargo ao Município que passará a ter a gestão dos mesmos.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez referência à questão Bainha Aberta dando conta que percebeu durante a campanha eleitoral, há cerca de um ano atrás, a urgência da necessidade de intervenção naquela fábrica e teme a sua deslocalização para algum concelho limítrofe. Deslocalização essa que ainda não aconteceu porque a Sra. Presidente se comprometeu em estudar alternativas num prazo útil, até ao final do ano de 2018, questionando se tenciona cumprir com a empresa esse prazo.

Usando da palavra, a Sra. Presidente respondeu que vai cumprir nomeadamente no que concerne às eventuais alternativas, acrescentando que tem estado em conversações com a empresa.

Depois de alguma troca de impressões sobre o assunto, o Vereador Gonçalo Lopes deixou o apelo de que é importante que o Município vá demonstrando perante a empresa que está empenhado nesta questão que é deveras importante para o concelho tendo a Sra. Presidente corroborado e que sabe, obviamente, a importância que a empresa representa no concelho.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando se vão identificar a localização para onde a Bainha Aberta vai ser deslocalizada ou se vão efetivar a deslocalização tendo, de imediato a Sra. Presidente respondido que para já vai ser definido para onde vai a empresa e em que condições.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou o que se estava a fazer relativamente à situação do Parque Industrial do Safrujo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Intervindo, a Sra. Presidente referiu que iria pedir a presença numa próxima reunião de Câmara, do Presidente do conselho de Administração do Parque Industrial do Safrujo acrescentando que os senhores Vereadores terão, com certeza, a noção que aquele parque é extremamente preocupante a todos os níveis.

Em resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que têm a noção que o parque necessita de refazer o modelo de gestão tendo, de imediato, a Sra. Presidente questionando se o Vereador sabe como fazê-lo.

Em resposta, O Vereador Gonçalo Lopes referiu que esse trabalho é da administração sendo certo que os Vereadores do PS estão disponíveis para colaborar.

Continuando, fez referência à informação dada pela Sra. Presidente sobre a Retorta e os 68 mil euros de indemnização do seguro que o Município recebeu questionando se esse valor iria ser retirado ao financiamento que estava definido para aquela intervenção.

Com a palavra, a Sra. Presidente transmitiu que se estava a fazer referência a dois imóveis completamente distintos esclarecendo que o imóvel do qual se recebeu a indemnização é no interior da Retorta.

Para terminar, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou como estava a evolução do processo do imóvel da penteação tendo a Sra. Presidente informado que o procedimento se encontra a ser efetuado.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes que fazer referência à informação dada sobre os balneários do campo de futebol e a resposta da CCDRC sobre o assunto, questionando para quando está previsto o início das obras.

Em resposta, a Sra. Presidente explicou quais os procedimentos que estão a ser desenvolvidos e que eram necessários para que o processo avance, nomeadamente a elaboração dos projetos, sendo certo que é de todo o interesse que se inicie a obra o mais rápido possível. Na sequência de algumas questões colocadas pelos Senhores Vereadores deu uma breve explicação de como se tem desenrolado todo o processo no sentido de contextualizar este projeto.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes perguntou se o depósito de água que está no campo de futebol é da responsabilidade da Câmara, tendo a Sra. Presidente respondido afirmativamente, acrescentando que já estava a ser trocado por um novo porque aquele tinha uma avaria na bomba, tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás complementado a informação com uma explicação mais técnica.

Interveio novamente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para fazer uma chamada de atenção para o acentuado estado de degradação do chamado centro histórico da vila e com o perigo público que algumas infraestruturas representam, acrescentando que, em sua opinião, é o momento de colocar este assunto em agenda porque é uma zona evidentemente nobre e, como tal, entende que o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Município, neste momento que tem melhores condições, pode e deve tentar auxiliar, na medida das suas possibilidades, a dinamizar o local.

Sugeriu que fosse criado um quadro de incentivos para a dinamização e requalificação da zona histórica da vila dando nota que o Município pode contribuir do ponto de vista fiscal. Referiu que pretende não só colocar o assunto na ordem do dia como dar uma ajuda que pode ser diferenciadora no sentido de trazer mais investimento e sobretudo melhorar as condições do centro histórico. Objetivamente as medidas que pretende apresentar são isentar de IMI durante um período, isentar de IMT, isentar as taxas de licenciamento com o objetivo de que as pessoas percebam que o Município está atento a essa problemática e que está em condições de ser parceiro neste propósito de reabilitar aquele espaço, tendo sido já constatado que é possível fazer ali coisas bonitas.

No uso da palavra, a Sra. Presidente transmitiu que dará resposta sobre as medidas apresentadas mais à frente. Manifestou a sua preocupação e empenho relativamente ao centro histórico e informou que já se encontravam identificados praticamente todos os proprietários dos imóveis, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acrescentado que é importante que seja feito algo com urgência.

Em seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou como estava a questão da regulamentação do orçamento participativo a menos que seja opção deste executivo não regulamentar a matéria.

Questionou, também, qual o ponto de situação da questão do regulamento de incentivo para os bombeiros, se o parecer que foi solicitado pelo Município já chegou.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o regulamento de incentivo aos bombeiros tem de ser feito de uma forma estruturada que não a apresentada pelos Senhores Vereadores do PS onde apenas descreviam algumas medidas para incluir em regulamento acrescentando que também o Executivo, anteriormente já tinha estudado o assunto e analisado alguns regulamentos existentes noutros municípios.

Prosseguindo, e ainda sobre esta matéria, deu conta que, entretanto, veio a CIMRL propor-se a elaborar de um regulamento intermunicipal, sendo de opinião que se deve aguardar o esboço do regulamento e depois então, discuti-lo em conjunto. Relativamente ao parecer para o efeito, informou que ainda não chegou.

Na sequência deste assunto houve mais alguma troca de impressões tendo o Sr. Vereador António Antunes deixado claro que a proposta dos Vereadores do PS era a “criação de regulamento de incentivo aos bombeiros voluntários” conforme consta em ata.

Em seguida, o Sr. Vereador António Antunes perguntou relativamente ao procedimento que foi lançado para as faixas de combustível, qual a data de conclusão dos trabalhos, tendo a Sra. Presidente respondido que essa informação foi dada na reunião anterior e que de momento não a tinha presente.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

De novo com a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que foi questionado por uma encarregada de educação sobre o modo como se processa a questão do pagamento dos transportes para Figueiró dos Vinhos.

A Sra. Presidente esclareceu que, durante o próximo ano letivo, o transporte será participado em 50% pelo Município de Castanheira de Pera como sempre aconteceu, e os outros 50% serão participados pelo Município de Figueiró dos Vinhos como medida de incentivo para estudar naquele concelho, aliás como ocorreu no ano transato.

A propósito da educação, o Vereador António Antunes fez referência à questão da gratuidade dos manuais escolares, nomeadamente a questão dos escalões, questionando se para quem não tem escalão os manuais serão participados a 100%.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador João Graça respondeu afirmativamente sendo que no caso de ter escalão é participado no remanescente e quem não tem é participado a 100%.

Por último, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que têm duas questões para apresentar relativamente à Prazilândia para que o executivo lhe faça chegar. Referiu que a primeira questão tem a ver com a data de encerramento da Praia das Rocas, questão que não se colocaria se estivesse a chover, pese embora considera que no planeamento da praia poderia ser equacionado mantê-la aberta até ao início das aulas ainda que com decréscimo de pessoal.

Intervindo, a Sra. Presidente fez notar que com o decréscimo de pessoal e o custo de manutenção versus o número de utilizadores iria originar um défice nas contas tendo o Sr. Vereador António Antunes acrescentado que ganharia a economia local com certeza.

Usando da palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que pode ser sugerido à Prazilândia que haja uma certa flexibilidade atendendo às características atmosféricas.

Neste propósito foram tecidas algumas considerações no sentido de aferir se seria viável ou não manter o espaço da Praia das Rocas aberto durante mais tempo atendendo que poderá ser um fator dinamizador da economia local.

A Sra. Presidente aproveitou para informar que a Praia das Rocas teria de ser mesmo encerrada naquela data pois vão ser executados trabalhos de desassoreamento do açude na parte de cima, já se tendo, inclusivamente, iniciado o esvaziamento do recinto.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes colocou a outra questão enunciada que diz respeito ao ginásio, afirmando que também lhe haviam colocado. Referiu que se consta que a Prazilândia não tem condições,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

nomeadamente ao nível de pessoal, para assegurar a continuidade da abertura do ginásio e que se pondera encerrá-lo. Nesta senda, pediu que a Prazilândia apresente o plano de atividades do ginásio.

Em resposta, o Sr. Vereador João Graça informou que há algumas preocupações relacionadas com o espaço físico das instalações contudo não está equacionado o seu encerramento, tendo a Sra. Presidente complementado que aquele espaço também é uma preocupação do executivo e têm se ser tomadas medidas ao nível estrutural.

Continuando, o Vereador António Antunes deixou uma chamada de atenção para os jardins atendendo a que se nota que não têm sido regados como é necessário, o que não deixa uma boa imagem para o concelho.

Para terminar, questionou o que tem sido feito relativamente à questão das alterações legais no concernente aos canis.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente deu uma breve explicação sobre a questão da rega dos jardins, abordando as dificuldades nessa área.

Relativamente à questão dos canis informou que tudo o que está a ser feito é acompanhado pelo nosso veterinário e os animais recolhidos estão a ser deslocalizados para o canil de Proença-a-Nova.

Finda a discussão e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

Finda a discussão e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. CERCICAPER – PEDIDO DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente pedido formulado pela Cercicaper, a informar que o CAO (Centro de Atividades Ocupacionais) daquela instituição visa proporcionar a alguns dos seus utentes uma visita ao Estádio e Museu do Benfica, no próximo dia 19 de outubro de 2018, e a solicitar, para o efeito, a cedência de transporte, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o elevado préstimo que esta instituição tem no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local, bem como para a população de vários concelhos limítrofes, uma vez que a ação desta entidade se estende para além das fronteiras concelhias;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Considerando a manifesta relevância sociocultural e recreativa da atividade em apreço, nomeadamente, para os utentes da Cercicaper;

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

deferimento ao pedido formulado, cedendo o transporte solicitado, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. PODIUM EVENTS, SA – 80ª VOLTA A PORTUGAL SANTANDER – PEDIDO DE PARECER – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail da Podium Events S.A. a informar sobre a realização da prova velocipédica denominada “26ª Volta a Portugal do Futuro Liberty Seguros”, de 5 a 9 de setembro p.p., e a solicitar, para efeitos de licenciamento, parecer favorável relativo à passagem da mesma no percurso sob a jurisdição deste Município.

Considerando o manifesto interesse de que se reveste a passagem da prova desportiva em apreço por este território e o grande apreço de que a mesma é alvo por parte da população em geral, com os consequentes benefícios ao nível da promoção e divulgação do Concelho;

Considerando que a data da realização da prova não se coadunava com a da presente reunião, impondo uma tomada de decisão em tempo útil;

Foi proferido, em 03/09/2018, despacho pela Sra. Presidente da Câmara, dando parecer favorável à passagem da prova apreço no percurso sob a jurisdição deste Município, mediante o cumprimento das condicionantes estipuladas pelo artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.

Assim, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o referido despacho.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica a solicitar cedência de transporte para a equipa sénior daquela instituição participar no jogo de apresentação do Grupo Desportivo de Alvaiázere, a realizar no próximo dia 23 de setembro no Estádio Municipal de Alvaiázere, bem como a isenção das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, à semelhança do habitual, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, incluindo a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. PARTIDO SOCIALISTA DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente e-mail remetido por Diana Pais que, na qualidade de membro do secretariado do Partido Socialista de Castanheira de Pera, solicitando a cedência do auditório da Praça da Notabilidade, no próximo dia 29 de setembro, a fim de realizar uma conferência política, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que não existem impedimentos que obstem à apreciação do pedido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, nos seus precisos termos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

Os Srs. Vereadores Gonçalo Lopes pediram escusa por pertencer ao Secretariado da Concelhia do Partido Socialista de Castanheira de Pera, a qual foi aceite, pelo que não participaram da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

8. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTANHEIRA DE PERA – ESCOLA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA – OFERTA DE BOLOS DE ANIVERSÁRIO

Presente ofício proveniente do Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera – Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância, a solicitar que a oferta de um bolo de aniversário às crianças daquele centro escolar se mantenha no presente ano letivo.

Considerando que, com esta medida, se pretende continuar a mitigar as desigualdades que possam subsistir em contexto escolar nas comemorações do aniversário das crianças consoante as disponibilidades e recursos das respetivas famílias, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, contemplando também as crianças que façam anos em período de férias ou fins de semana e feriados.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere que a presente medida se estenda aos anos letivos seguintes, até decisão em contrário.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO WEB MULTIPLATAFORMA DE APOIO À FUNÇÃO EDUCATIVA PARA OS 10 MUNICÍPIOS DA CIMRL

Presente Protocolo de colaboração celebrado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria em 10/09/2018 no âmbito da aquisição de um sistema de informação WEB multiplataforma de apoio à função educativa para os 10 municípios da CIMRL, tendo como finalidade regular a comparticipação do valor a suportar pelo Município no que respeita a parte não financiada da operação CENTRO-08-0550-FEDER-000016, aprovada em 01/05/2017, que ascende ao



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

montante de 2.398,54 € (dois mil trezentos e noventa e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos).

Considerando o interesse da candidatura subjacente à operação em epígrafe, nomeadamente no que respeita ao apoio à função educativa, com recurso a meios tecnológicos facilitadores da desmaterialização dos processos, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a outorga do protocolo em apreço, nos precisos termos da cópia que se anexa à presente deliberação, fazendo da mesma parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A APLICAR AOS PRÉDIOS URBANOS EM 2019

DISCUSSÃO:

Interveio a Sra. Presidente, referindo que antes de proceder à leitura da proposta de deliberação pretendia discutir a situação que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes mencionou há pouco quanto à forma como se poderia incentivar a requalificação daquilo que pode ser considerado zona histórica. Explicou que a ideia que vai expor não está proposta nesta deliberação porque entende que se devem definir em conjunto as regras a aplicar futuramente.

Assim, referiu que, na sua opinião, não se deve beneficiar em termos de IMI os proprietários daquela zona, mas sim aplicar o agravamento desta taxa aos imóveis degradados o que poderá incentivar os proprietários a decidir reconstruir ou alienar. O agravamento do IMI é uma faculdade atribuída à Câmara através de legislação própria e a proposta que pretende fazer engloba duas situações: a primeira será definir a área geográfica das zonas históricas, sendo possível criar zonas históricas também em algumas aldeias, e a segunda é em relação aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono. Deu mais algumas explicações sobre esta intenção de proposta, sublinhando que a isenção do IMI seria um benefício e faria com que os proprietários continuem a deixar agravar o estado de degradação dos imóveis, por outro lado se se aplicar um agravamento do IMI os mesmos, certamente, sentirão necessidade de tomar decisões.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes, esclarecendo que a proposta de isenção que apresentaram seria depois da requalificação do espaço.

Nesta senda, interveio o Sr. Vereador João Graça referindo que não foi esse o entendimento retirado da proposta apresentada, mas concorda com a mesma nesses termos, pois, na sua opinião, faz todo o sentido.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que fez questão de esclarecer que as medidas dos Vereadores do PS seriam aplicadas a quem fizesse a reabilitação e, na sua opinião, se se juntarem as duas propostas o resultado será ainda mais profícuo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Nesta sequência, todos os membros do Executivo manifestaram a sua concordância de que faria sentido aplicar as duas medidas em conjunto sendo que uma complementa a outra e funcionarão melhor conjuntamente.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes transmitiu que para aplicar estas medidas deverão ser criadas regras muito objetivas, de forma muito cuidada e que se façam cumprir no sentido de serem efetivamente praticadas.

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes esclareceu que a sua proposta de dispensa de IMT também só fará sentido se os proprietários não tendo a possibilidade de requalificar vendam e nessa venda o comprador seja isentado desse imposto como medida de incentivo, mas com o pressuposto de realizar obras.

Novamente com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes referiu que se todos se preocuparem com o estado de abandono das aldeias, esta será uma forma de as reabilitar, tendo o Sr. Vereador João Graça destacado que no caso das aldeias a diferença será o valor, ao que o Sr. Vereador António Antunes anuiu, afirmando que era exatamente isso que ia dizer porque um prédio numa aldeia não tem o mesmo valor que um prédio numa zona histórica.

A este propósito, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a proposta que traziam apenas dizia respeito à zona histórica da Vila que urge ser requalificada, mas reconhece que estas medidas aplicadas nas aldeias serão, com certeza, uma mais-valia, citando a título de exemplo o Troviscal.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente fez notar que esta discussão é importante, tendo o Sr. Vereador João Graça complementado que é importante criar um grupo de trabalho.

Continuando, a Sra. Presidente informou que o Regulamento de Taxas do Município também iria ser revisto porque não faz sentido que estejamos a aplicar medidas de incentivo sem que as taxas sejam revistas, dando nota que, por exemplo, naquele regulamento não estão previstas algumas taxas, nomeadamente no que concerne à recolha de resíduos.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes salientou que é necessário conhecerem o enquadramento da cobrança dessa taxa para depois se pronunciarem, tendo a Sra. Presidente informado que aquele era apenas um exemplo do que iria ser revisto no Regulamento de Taxas.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o assunto entre todos os membros do Executivo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentou que a Sra. Presidente poderia ter-lhe enviado os valores propostos para este ano.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

A Sra. Presidente informou que os valores a propor se irão manter iguais aos do ano passado porque é importante não esquecer que os valores deliberados em 2017 só terão efeitos práticos no ano de 2019, pois são relativos a 2018.

A propósito de impostos informou ainda que a proposta sobre a derrama é que esta se mantenha a zero, como forma de incentivo às empresas, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes feito notar que foi já esse o pressuposto que conduziu o anterior executivo a tomar a mesma decisão.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que, por outro lado, esta decisão impede o Executivo de fazer outras coisas para que as empresas se fixem, lembrando que o orçamento do Município é extremamente reduzido e estas medidas, pese embora a sua importância, acabam por ter um impacto significativo nas contas municipais.

Em seguida a Sra. Presidente procedeu à leitura da respetiva proposta de deliberação.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO:

Estipula o n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua última redação, que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano sobre prédios urbanos, dentro do intervalo de 0,3 /prct. a 0,45 /prct.

Considerando que o IMI é um imposto que incide sobre as edificações e que, por isso, afeta, transversalmente, todos os sujeitos passivos, direta ou indiretamente, com necessárias repercussões no desenvolvimento concelhio nos mais diversos domínios;

Considerando que a carga fiscal em apreço (IMI) pode constituir um fator de incentivo ou de desincentivo à fixação de pessoas, singulares ou coletivas, e, simultaneamente, contribuir para a manutenção ou abandono da população residente;

Considerando que se impõe ao Município efetuar uma ponderação sobre a carga fiscal que se integre na sua esfera de competências, conciliando os vários interesses envolvidos, na procura da solução que melhor satisfaça o bem-comum;

Considerando que desse exercício de conciliação resulta a possibilidade de fixar uma redução da taxa deste imposto municipal, tendente a aliviar a carga fiscal de agregados familiares com dependentes a cargo;

Propõe-se que, nos termos da alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis a aplicar sobre prédios urbanos durante o ano de 2019 em 0,35/prct..

Mais se propõe, que, nos termos dos preceitos legais referidos no parágrafo anterior e atendendo ao disposto no n.º 1 do artigo 112-A.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua última redação, a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação de uma redução da taxa do IMI a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria permanente do



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. DERRAMA

Considerando que, de acordo com o estipulado pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua última redação, os municípios podem deliberar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5/prct, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando o grave problema de desertificação humana com que se debatem os territórios de baixa densidade, como é o caso de Castanheira de Pera, e a premência em promover medidas de discriminação positiva, que contribuam para combater a tendência de agravamento do mesmo;

Considerando que a dinamização do tecido empresarial existente e a atração de novos investimentos que concorram para fortalecer e diversificar a base económica do Concelho, são fundamentais para fomentar o seu desenvolvimento socioeconómico de forma equilibrada e sustentada, com manifestos benefícios para a população;

Considerando que a promoção do emprego, fortemente associada ao crescimento da base económica local, aliada à existência de uma boa rede de serviços e de equipamentos sociais, são fatores diferenciadores e preferenciais para a fixação das pessoas num determinado território;

Considerando que é apanágio do Município tomar as medidas que se afigurem adequadas à concretização dos desideratos já enunciados, nomeadamente no que concerne ao alívio da carga fiscal no âmbito das suas competências, o que no caso concreto da derrama se satisfaz com o seu não lançamento, funcionando, assim, como base catalisadora ao nível económico, potencialmente capaz de irradiar benefícios para todos os espectros da sociedade, sem pôr em causa o interesse público subjacente, cujo cumprimento é exigível aos órgãos municipais;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere não proceder ao lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para o ano de 2019.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

12. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS

Considerando que, de acordo com o estipulado pelo n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo preceito legal, a referida participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;

Considerando que a ausência da comunicação, ou a receção da mesma para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios;

Considerando que Castanheira de Pera, assim como a generalidade dos territórios de baixa densidade, é fortemente afetada pela desertificação humana, o que acarreta debilidades a vários níveis, nomeadamente, sociais, económicos e culturais;

Considerando que se impõe a tomada de medidas tendentes a fomentar a discriminação positiva do território, que funcionem como âncoras para o desenvolvimento e como elementos diferenciadores e impulsionadores da fixação de pessoas;

Considerando que fatores como o desenvolvimento socioeconómico e cultural, o emprego e a existência de uma boa rede de infraestruturas, aliados a uma carga fiscal atrativa, constituem, sem dúvida alguma, o território como um inegável polo de atração, ao mesmo tempo que aproveitam à população residente;

Considerando que é competência do Município tomar as medidas que se afigurem adequadas à concretização dos fins já referidos, onde a carga fiscal assume um papel de relevo, sem descurar, no entanto, a sua obrigação de garantir o equilíbrio das contas públicas, fatores que exigem, necessariamente, um exercício de conciliação entre ambas as realidades indispensáveis à satisfação do interesse público;

Propõe-se que, à luz do disposto nos preceitos legais supracitados, em conjugação com o determinado pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação da percentagem de 2,5% na participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município de Castanheira de Pera, para vigorar em 2019.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2019

Estabelece o n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas – na sua última redação, que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP).

Com a alteração introduzida ao diploma supra indicado pela Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo passaram a ser as responsáveis pelo pagamento da aludida taxa.

Por sua vez, em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual, que não pode ultrapassar os 0,25/prct., sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município, sendo esse percentual aprovado anualmente por este até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

Face ao exposto, propõe-se que, nos termos da alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Órgão Executivo delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a fixação da TMDP a aplicar durante o ano de 2019 em 0,25/prct..

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 17 de setembro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.694.122,60 € (dois milhões seiscentos e noventa e quatro mil cento e vinte e dois euros e sessenta centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.657.548,65 € (dois milhões seiscentos e cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e oito euros e sessenta e cinco centimos) e as operações não orçamentais no valor de 36.573,95 € (trinta e seis mil quinhentos e setenta e três euros e noventa e cinco centimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.704.265,90 € (dois milhões setecentos e quatro mil duzentos e sessenta e cinco euros e noventa centimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

15. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 30/08/2018 e 17/09/2018, registados sob os números 981 a 1044 e 1047 a 1050, no valor total de 88.018,42 € (oitenta e oito mil e dezoito euros e quarenta e dois centimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

16. RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2018



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Município remeteu relatório sobre a situação económica e financeira do mesmo referente ao 1.º semestre de 2018.

O referido relatório, cuja cópia se anexa à presente informação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, submete-se, pois, ao órgão executivo, nos termos do estipulado no referido preceito legal, sendo posteriormente remetido à Assembleia Municipal.

Tomado conhecimento.

DISCUSSÃO:

Intervindo, a Sra. Presidente questionou se os Srs. Vereadores pretendiam tecer alguns comentários ao presente relatório.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes começou por dar os parabéns pela forma como é exposto o relatório, que desde logo considera mais fácil de ler que os anteriores.

Sobre o conteúdo, inferiu que o Município continua numa trajetória de consolidação da dívida, porém esta não é acompanhada de uma trajetória paralela em termos de investimento. Referiu que, pese embora reconheça que estão em causa apenas 6 meses, é um relatório que, quanto a si, traduz apenas *“um mandato de gestão corrente”*.

Mais referiu, que gostaria de saber relativamente às taxas de execução ao nível da receita e da despesa quais são os valores em causa neste momento, tendo a Sra. Presidente respondido que não sabia informar no imediato, mas que iria verificar.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo referiu que os Vereadores do PS chegaram à conclusão que este documento vem no fundo confirmar o que tinham verificado em algumas matérias discutidas em sede de reunião de Câmara que é o facto de haver dinheiro em cofre mas não haver ideias, nem investimento, que são urgentes e necessários, apelando para que a situação seja revertida nesse sentido.

Ripostando, a Sra. Presidente afirmou que o Executivo tem ideias como já foi amplamente demonstrado e que, brevemente, outras serão apresentadas.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este ponto por encerrado e passou ao ponto seguinte da ordem do dia

17. EMPREITADA “REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS/ INCÊNDIOS 2017” - ADJUDICAÇÃO

Atendendo ao estipulado no n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua atual redação (Código dos Contratos Públicos) submete-se à Câmara Municipal o relatório final e demais documentos que compõem o processo de concurso referente à empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017”.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a adjudicação da empreitada supra indicada à firma Isidoro Correia da Silva, Lda., pelo valor de 634.592,76 € (seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e dois euros e



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

setenta e seis centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos constantes do relatório já identificado, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Mais se propõe, de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do contrato a celebrar com o adjudicatário, nos precisos termos da cópia que se junta em anexo.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador António Antunes que começou por dizer que tinha solicitado cópia deste processo e que ainda não lhe foi entregue.

Em seguida, questionou se algum concorrente fez alguma reclamação relativamente ao valor base do concurso, tendo a Dra. Bernardina respondido negativamente, acrescentando que tudo o que de relevante aconteceu com o procedimento consta do relatório final.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentou que lendo o relatório se verifica que há discrepâncias muito grandes no que concerne ao valor das propostas apresentadas, acrescentando que, pese embora, perceba que o valor das propostas é da responsabilidade dos proponentes, o facto é que existem valores que estão cerca de 300 mil euros acima do valor base do procedimento.

Assim, questionou se não bastava que as empresas dissessem que não pretendiam realizar a obra ou, por outro lado, se o valor de base estabelecido pode comprometer a qualidade do resultado final da obra.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que é especulativa a afirmação proferida pelo Sr. Vereador Gonçalo, pois parece-lhe que, certamente, todos os concorrentes devem ter em consideração que têm obrigação de executar o trabalho como está no caderno de encargos.

Nessa sequência, houve alguma troca de considerações tendo usado da palavra o Sr. Vereador António Antunes que fez uma análise das propostas apresentadas, deixando a nota que não tendo cópia do procedimento é especulativo fazer qualquer tipo de ilação sobre isso.

O Sr. Vereador Gonçalo Antunes perguntou ainda quais as estradas que vão ser intervencionadas e se este é o último procedimento relativamente a esta matéria.

A Sra. Presidente informou que este é o último procedimento, tendo de seguida elencado as seguintes estradas: Acesso ao ramal de Vila Facaia 570, Sarzedas de Vasco – Sarzedas de S. Pedro, Sarzedas de S. Pedro – Escola, Balsa, Feteira, Carregal Cimeiro, Troviscal - Fontão, Carregal Fundeiro, Troviscal – Valongo, Rotunda da Foz, Além da Ribeira – Torgal, Ortiga – Vale das Figueiras, Torgal – EN 236, Souto Escuro, Troviscal, Campo de Futebol e Gestosa.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 17/2018

Reunião Ordinária de 19 de setembro de 2018

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminada a discussão e votação dos assuntos agendados, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.

Presente a D. Maria Fernanda Antunes Costa, residente em Vale do Mendo, que usou da palavra para manifestar o desagrado relativamente à atual localização de um caixote do lixo, uma vez que inicialmente nunca esteve no local onde agora se encontra, sugerindo a sua mudança para a entrada do ramal do Poço Corga.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que a sugestão apresentada poderá ser uma alternativa para a deslocalização do caixote do lixo, caso se reúnam as condições para o efeito.

Novamente no uso da palavra, a D. Maria Fernanda alertou sobre a existência de um grande desnível no piso junto ao seu portão, o que lhe causa bastante constrangimento em dias de chuva, solicitando que o problema fosse resolvido.

Usou da palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás, para dar conta que já havia ido ao local para aferir a possibilidade da mudança do caixote do lixo e que iriam analisar a situação do desnível no piso.

ENCERRAMENTO

19. ENCERRAMENTO

Não se registando mais intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____